



**Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Ata da Reunião Ordinária da Comissão Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE**

1 Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e nove, às dez horas, no Salão Nobre do  
2 Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi realizada a  
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo, sob a  
4 Presidência do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
5 e Presidente da CONATRAE, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, com a presença dos  
6 seguintes **Conselheiros**: Giuliana Orlandi Cassiano, MTE; Antônio Bigonha, ANPR;  
7 Paula Dora, PF; Mário Guerreiro, PGU; Maurício Mello, ANPT; Sebastião Caixeta, PGT;  
8 Leonardo Sakamoto, Repórter Brasil; Rita de Cássia, MDEFESA; Luiz Machado, OIT;  
9 Rogenir Costa, CRS; Ana Maria Fidelis, CNA; Natasha Valente, MDA; Vera Oliveira,  
10 MIN AGRIC; Gabriel Velloso, ANAMATRA; Marcelo Campos/TEM; Rubens Portugal  
11 Barcellar Filho, PRF/MJ; Regisvan Soares/PRF; Patrícia Ponte Araújo, PFDC/MPF;  
12 Débora Tito Faria/MPT; Isolete Wichinieski/CPT; José Armando Fraga Diniz Guerra,  
13 Secretário Executivo/CONATRAE; Jacqueline Canujo/SINAIT; Adonia Prado/UFRJ e  
14 Dr. Lucas/CONTAG. **Item I – Abertura feita pelo Ministro da Secretaria Especial de**  
15 **Direitos Humanos da Presidência da República e Presidente da CONATRAE,**  
16 **Paulo Vannuchi**: O Ministro abriu a reunião lamentando o fato de não saber qual era o  
17 número da mesma e solicitando ao Secretário Executivo José Guerra, que fizesse um  
18 levantamento, pois devido a um descuido da mínima formalização de uma memória ou  
19 atas era hora de começar construir um histórico desta importante comissão. Disse que  
20 gostaria de terminar o mandato do Presidente Lula no final do ano que vem com uma  
21 publicação que condensasse esta caminhada de uns dez anos começando com os  
22 antecedentes históricos mais distantes, desde a escravidão em si, até o trabalho  
23 escravo denunciado por Pedro Casaldágua no início de setenta na região de São Felix.  
24 Uma espécie de grande precursor do trabalho desta comissão. Antes de passar ao  
25 ponto seguinte, fez uma breve prestação de contas de questões em andamentos nas  
26 diferentes áreas dos direitos humanos. Mencionou a participação de um avanço  
27 histórico na última semana, que foi a realização da CONSEG, uma conferência

28 precedida por reuniões municipais, regionais, milhares de policiais das diferentes  
29 corporações federais, estaduais, agentes do sistema penitenciário, carcerário, com  
30 gente que discute segurança pública e que não é deste segmento. Especialistas,  
31 representantes de organizações da sociedade civil. Que finalmente, o Brasil  
32 entendendo que Segurança Pública é um dos problemas ainda não equacionados.  
33 Antecipou uma proposta de adaptação do calendário informando o evento maior deste  
34 ano, a décima primeira conferência em dezembro que será o lançamento pelo  
35 Presidente da República do PNDH-3. Esclareceu que o Brasil é um dos primeiros  
36 países a ter este Programa Nacional proposto na Conferência de Viena da ONU em  
37 noventa e três e que o tema do combate ao trabalho escravo está presente neste  
38 programa que não será proposto ao Presidente pelo Secretário Especial dos Direitos  
39 Humanos, mais por quase trinta Ministérios. Fez um apelo aos parceiros no sentido de  
40 agendarem uma reunião conjunta no dia nove de outubro a tarde, para o lançamento  
41 do programa juntamente com a inauguração da nova sede da Secretaria Especial de  
42 Direitos Humanos. **Item II – Aprovação final do Regimento Interno e sua**  
43 **Composição:** O Dr. Leonardo Sakamoto disse que o objetivo da Comissão era que  
44 fossem analisadas as considerações finais e aprovassem o regimento e a composição  
45 nesta reunião. Perguntou se haveria alguma entidade que por ventura tivesse ainda  
46 alguma colocação que não tivesse sido enviada nas últimas semanas, que fizesse  
47 agora para procederem com a análise e finalizando com a aprovação do plano. A  
48 representante do Ministério da Cultura trouxe uma contribuição e passou às mãos do  
49 Ministro uma composição, através de uma nota técnica, do Comitê criado para  
50 trabalhar internamente as questões da Comissão. Foram sugeridos alguns itens e  
51 também na questão da composição das instituições no que diz respeito às instituições  
52 públicas, colocando alguns pontos. Um deles, que haja um equilíbrio entre as  
53 instituições públicas e as privadas. Também no que se refere ao caráter deliberativo,  
54 fiscalizador, o comitê entendeu que a questão da fiscalização compete mais ao Estado,  
55 a instituição pública, ao executivo em si, do que a uma comissão. O Ministro perguntou  
56 se haviam mais contribuições. O Dr. Lucas da CONTAG quis saber se a ideia do  
57 suplente só participar da reunião na falta do titular, era uma coisa proibitiva ou é uma  
58 orientação. O Ministro fez questão de responder esclarecendo que primeiro, porque  
59 gera despesa desnecessária, segundo que no caso de votação, haveria duplicidade de  
60 representação deixando claro que não é um colegiado para ter dois representantes de  
61 cada Ministério. O Dr. Caixeta apresentou uma proposta de encaminhamento que foi  
62 submetida a apreciação, que a representante do Ministério da Agricultura apresentasse

63 na ordem do texto os seus destaques e para ser discutido um por um. Feito isso, foi  
64 dado meia hora para discussão do assunto. A Dr<sup>a</sup> Vera, representante do Ministério da  
65 Cultura, disse que o caráter de apresentar esta nota técnica foi de contribuição e não  
66 prejudicar o trabalho do regimento. Então eu deixo a mesa livre, a comissão pra decidir  
67 a forma de encaminhamento. Pelo que foi colocado aqui, acho que poderia ser votado  
68 hoje, com algumas modificações mais de ordem conceitual o início do tema. O Ministro  
69 encaminhou, dizendo que se desse para aprovar melhor, se não, criar imediatamente  
70 um grupo com o Dr. Sakamoto, Dr. José Guerra, Dr<sup>a</sup> Vera, quem mais quiser para em  
71 uma semana, organizar e fazer uma reunião extraordinária em meados de setembro.  
72 Considerado aprovado o encaminhamento, aprovando o regimento de uma forma geral  
73 e será feita uma consulta específica só sobre os dois temas. O da composição e o tema  
74 da correlação do artigo primeiro e artigo oitavo. Ficou transferida a reunião do dia vinte  
75 e três de setembro para o dia nove de outubro devendo as sugestões, serem  
76 apresentadas até sete dias antes. **Item III – Fechamento de data e local para a**  
77 **próxima reunião itinerante desta Comissão:** Entendo que a presença da  
78 CONATRAE no Rio de Janeiro, em Campos, discutindo a questão do trabalho escravo  
79 no setor sucroalcooleiro reforçará algo que é importantíssimo, ficou aprovado,  
80 previamente marcado para o dia cinco de novembro para começar as articulações.  
81 **Item IV – Apresentação de proposta sobre o Banco de Projetos CONATRAE:** O Dr.  
82 Leonardo Sakamoto disse que a idéia do banco de projetos era que constasse no site  
83 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos o banco de projetos, que é um banco de  
84 sugestões com projetos boas praticas já tendo sido aprovada em reunião anterior. Ele  
85 disse que pode ser inscrito no banco de projetos de boas praticas, ações e iniciativas  
86 que tem por objetivo a erradicação do trabalho escravo. Poderá entrar instituições da  
87 sociedade civil, sem fins lucrativos, juridicamente constituídos ou instituições públicas.  
88 Serão aceitas tanto ações de iniciativas que estejam em curso, quanto àquelas que não  
89 foram incrementadas tendo que estar em conformidade com a legislação do país. A  
90 seleção das ações ficaria a cargo de uma comissão temática da CONATRAE criada  
91 para este fim e referendada pelo plenário em suas reuniões ordinárias, ou seja, esta  
92 comissão faria uma triagem e as sugestões da comissão seriam referendadas pelo  
93 plenário da CONATRAE e exclusões também. O objetivo é dar visibilidade. Já foi  
94 checada a capacidade técnica do site da SEDH e verificado que é viável a colocação  
95 no site. As informações devem ser atualizadas anualmente. O formulário de inscrição  
96 ficaria lá a disposição e seria preenchido e enviado por e-mail e um formulário de  
97 prestação de financeiro técnico, encaminhado para CONATRAE para ser divulgado.

98 Será encaminhado por e-mail para todos para críticas e sugestões a serem enviadas  
99 até a próxima reunião. **Item V – Discussão sobre a situação do combate ao**  
100 **trabalho escravo no setor sucroalcooleiro:** Com a decisão anterior de fazer em  
101 Campos a reunião itinerante, praticamente ficou engatilhado um debate qualificado  
102 sobre o trabalho escravo no setor sucroalcooleiro. O Ministro lembrou que não se  
103 discute trabalho escravo só no Rio de Janeiro, vale para São Paulo, vale para a região  
104 do Triangulo Mineiro, vale para o Goiás. A sugestão foi de sediar a reunião na  
105 Universidade e não havendo possibilidade, fazer em esquema de hotel com oito horas  
106 de duração. Uma parte com conteúdo pela manhã e no período da tarde, um seminário.  
107 **Item VI – Informes Gerais:** A Dr<sup>a</sup> Jacqueline teve duas demandas da sua categoria, da  
108 auditoria fiscal do trabalho. A primeira delas referente ao pacto nacional assinado  
109 recentemente com o Governo Federal sob a coordenação da Secretaria Geral da  
110 Presidência da Republica, que coordenou a mesa de dialogo e firmaram um pacto  
111 nacional. Ela registrou que causou um desconforto diante da sociedade, o fato de  
112 algumas empresas que inclusive estão na lista de empregadores, exploradores de mão  
113 de obra, ter sido convidado, solicitando uma explicação. O Ministro informou que  
114 tambem a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da Republica que  
115 sedia a CONATRAE não participou do processo, sugerindo pautar essa discussão para  
116 a reunião de outubro. A seu ver, faltou uma conexão com o combate ao trabalho  
117 escravo. O pedido do Ministro, é que a SINAIT tambem faça o procedimento direto, que  
118 se formule, proteste, fale se for preciso, com a imprensa sem prejuízo do  
119 encaminhamento que a CONATRAE fará. O Dr. Leonardo Sakamoto solicitou que  
120 fosse convidado para participar da próxima reunião, num quorum mais fechado, o  
121 Ministro Luiz Dulci, para que pudessem conversar com ele, não só cobrando no sentido  
122 de reclamar mais tambem expor para ele determinadas dificuldades do combate ao  
123 trabalho escravo no setor sucroalcooleiro. A solicitação foi aprovada. O outro ponto da  
124 Dr<sup>a</sup> Jacqueline foi referente a uma demanda que veio dos colegas. A força tarefa, do  
125 Ministério Público do Trabalho. Aconteceram alguns fatos durante ações envolvendo as  
126 ações especificas do Ministério Publico do Trabalho no setor sucroalcooleiro. É o que  
127 chegou ao conhecimento que colegas têm sido provocados por pedir seguros  
128 desempregos sem terem participado de fato, constatado sua situação, onde não há  
129 configuração de trabalho onde não há nada com a escravidão. Isto causou um  
130 desconforto institucional muito grande entre os colegas auditores. Em relação da força  
131 tarefa, o Ministro informou que já em discussão com o Ministério Publico do Trabalho e  
132 certamente harmonizarão a conduta das duas instituições no sentido maior que é de

133 proteção das eventuais vítimas do trabalho escravo no setor. Em relação ao  
134 compromisso do setor sucroalcooleiro, inevitavelmente acaba tendo um impacto sobre  
135 a questão específica do trabalho escravo, Citou como exemplo a adesão ao  
136 compromisso. Ela se deu de uma forma extremamente livre, ou seja, o número de  
137 usinas que aderiram ao compromisso foi superior ao número de usinas que  
138 imaginavam que existiam no país. Concluindo que há na transversalidade um impacto  
139 negativo dos compromissos sobre os procedimentos repressivos que estão ocorrendo.  
140 **Item VII- Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados a reunião foi  
141 encerrada.

142